



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH III
Colegiado de Licenciatura em Pedagogia

HANNA KAROLINY FEITOSA BARBOSA

**A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO
PROCESSO EDUCATIVO EM DOIS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO
SERTÃO DO FRANCISCO**

Juazeiro – BA
2022

HANNA KAROLINY FEITOSA BARBOSA

**A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO
PROCESSO EDUCATIVO EM DOIS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO
SERTÃO DO FRANCISCO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas – Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Edmerson dos Santos Reis

**Juazeiro – BA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

B238f Barbosa, Hanna Karoliny Feitosa

A formação docente e suas implicações no processo educativo em dois municípios do Território Sertão do São Francisco / Hanna Karoliny Feitosa Barbosa. Juazeiro-BA, 2022.

49 fls.: il.

Orientador: Prof. Dr. Edmerson Dos Santos Reis.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2022.

1. Formação docente. 2. Processo educativo. Formação continuada.
3. Indicadores da educação. 4. Políticas Públicas – Sertão do São Francisco.
I. Reis, Edmerson dos Santos. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento
de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 370.71

HANNA KAROLINY FEITOSA BARBOSA

**A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO
EDUCATIVO EM DOIS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO**

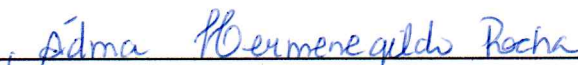
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas – Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Aprovado em: 20/07/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edmerson dos Santos Reis (UNEB/DCH III)
(Orientador)



Ma. Ádma Hermenegildo Rocha (Assessora de Formação SEDUC/PMJ)
(Avaliadora)



Prof. Dr. Josenilton Nunes Vieira (UNEB/DCH III)
(Avaliador)

Dedico este trabalho a dona Abgail Barbosa (*In memoriam*),
minha querida avó, por todas as doces lembranças da minha infância,
pela segurança que me passava, e pelas vezes que ensinou na prática
que o afeto é fonte de cura. Seu legado prosseguirá vivo em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as minhas petz de estimação: Luna pelos vários dias em que assistimos ao pôr do sol e a Malu por ter me escolhido como sua tutora e ganhando um espaço de afeto felino em meus dias.

Aos familiares que são importantes em minha vida, que se preocuparam e na medida desse tempo corrido se fizeram presentes.

Aos bons amigos que tenho na vida, e aos novos que ganhei nessa trajetória formativa, que por inúmeras vezes são fundamentais nas escolhas que guiam e constroem o meu caminho.

A minha querida vó, que me amou e apoiou incondicionalmente, mas precisou descansar enquanto eu ainda trilhava essa jornada formativa.

Aos docentes da Universidade da Bahia – UNEB, Campus III – que fazem de suas práticas educacionais possibilidades de transformar vidas e contextos sociais diversos.

Ao espaço do Diretório Acadêmico – DA, Pedagogia e Resistência, em que tive o prazer e o desafio de coordenar durante a pandemia da Covid-19 e aprendi muito sobre resistência e luta histórica na construção de um mundo mais justo e equitativo.

Ao Grupo de Pesquisa em Educação Contextualizada, Cultura e Território – EDUCERE, minha casa de pesquisa, de acolhimento intelectual e humano.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edmerson dos Santos Reis, que cumpre com excelência, responsabilidade e muita humanidade o ato de educar e incentivar vidas.

Quero agradecer ainda a mim mesma, pela coragem, e pelas vezes em que confiei no fluxo da vida, e fiz dos sonhos a minha jornada.

Ao Eterno e os anjos que me guardam.

“Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”

(FREIRE, 2018, P.53)

RESUMO

A presente pesquisa realiza o levantamento e a análise dos indicadores da Adequação da Formação Docente e Oferta de Formação Continuada dos municípios de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA, localizados no Território de Identidade Sertão do São Francisco, no norte baiano. Para essa finalidade, foram realizados estudos e buscas de dados em sites de livre acesso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) sobre a Adequação e Oferta da Formação Continuada e suas nuances, como os indicadores de aprendizagem dos alunos. Possui natureza quanti-qualitativa e é parte das pesquisas que alimentam o “Observatório dos Indicadores de Gestão Educacional no Território do Sertão do São Francisco (OBSERVE-TSSF)”, com o objetivo de levantar e analisar as informações dos 02 (dois) municípios, bem como sugerir algumas proposições no que se refere às lacunas encontradas nos indicadores de formação e Adequação da Formação dos profissionais das redes com as áreas em que atuam. Os resultados indicam que, mesmo reconhecendo a complexidade dos processos do ensino e da aprendizagem, atravessados por fatores diversos como o social, econômico, biológico, cultural etc., a garantia da Oferta da Formação Continuada como direito e atualização permanente dos docentes influencia positivamente no desempenho da aprendizagem e quando esse direito é negligenciado, o impacto se dá negativamente no desempenho dos estudantes. Assim, os resultados podem auxiliar na definição de políticas públicas, contribuindo para a melhoria da educação nos municípios pesquisados e nos demais que compõem o TSSF.

Palavras-chave: Adequação; Formação Continuada; Indicadores da Educação; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present research carries out a survey and analysis of indicators of Adequacy and Provision of Continuing Education in the municipalities of Juazeiro - BA and Campo Alegre de Lourdes - BA, located in the Sertão do São Francisco Identity Territory, in the north of Bahia. For this purpose, data searches were carried out on access websites of the Anísio Teixeira National Institute of Educational Studies and Research (INEP), the National Education Observatory (OPNE), and the Basic Education Development Index (IDEB)) on the Adequacy and Offer of Continuing Education and its nuances, such as student learning indicators. It has a quanti-qualitative nature and is part of the research that feeds the “Observatory of Educational Management Indicators in the Territory of the Sertão do São Francisco (OBSERVE-TSSF) intending to collect and analyze information from the 02 (two) municipalities, as well as suggesting some suggestions and propositions about training and training gaps in the training of professionals as areas in which they work in the networks. The results indicate, that even recognizing the complexity of the teaching and learning processes, crossed by diverse factors such as economic, biological, cultural, etc. Learning performance and when this right is neglected, the impact is on student performance. Thus, the results in the definition of public policies can improve the results for the improvement of education in the others that serve the TSSF cities.

Keywords: Adequacy; Continuing Education; Education Indicators; Public policy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Cartograma 1 -	Aspectos gerais – TI Sertão do São Francisco – 2016	16
----------------	---	----

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Percentual de Adequação da Formação Docente nos anos da Educação Infantil na rede Municipal de Juazeiro - BA (2021)	32
Gráfico 02 -	Percentual de Adequação da Formação Docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede Municipal de Juazeiro – BA (2021)	33
Gráfico 03 -	Percentual de Adequação da Formação Docente nos anos da Educação Infantil na rede Municipal de Campo Alegre de Lourdes - BA (2021)	34
Gráfico 04 -	Percentual de Adequação da Formação Docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede Municipal de Campo Alegre de Lourdes – BA (2021)	35
Gráfico 05 -	Professores da Educação Básica com Formação Continuada na rede Municipal De Juazeiro – BA (2014 - 2020)	37
Gráfico 06 -	Professores da Educação Básica com Formação Continuada na rede Municipal de Campo Alegre de Lourdes (2014 - 2020)	38
Gráfico 07 -	Percentual de aprendizado discente nos anos finais do ensino fundamental em Juazeiro – BA (2015 - 2019)	40
Gráfico 08 -	Percentual de aprendizado discente nos anos finais do ensino fundamental em Campo Alegre de Lourdes – BA (2015 - 2019)	41

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 -	Categorias do conceito de Adequação da Formação Docente	31
------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CINE BRASIL	Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CTCC	Comissão Técnica de Classificação de Cursos
DCH	Departamento de Ciências Humanas
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EDUCERE Território	Grupo de Pesquisa Educação Contextualizada, Cultura e Território
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OBSERVE-TSSF	Observatório dos Indicadores da Gestão Educacional no Território do Sertão do São Francisco
OPNE	Observatório do Plano Nacional de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RESAB	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
TI –	Território de Identidade

TSSF Território do Sertão do São Francisco

UIS- UNESCO Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a
Educação, a Ciência e a Cultura

UNEB Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO EDUCATIVO.....	14
1.1 Perfil do Território de Identidade Sertão do São Francisco	15
1.1.1 Aspectos do Município de Juazeiro – BA	16
1.1.2 Aspectos do Município de Campo Alegre de Lourdes – BA	17
2 FUNDAMENTAÇÃO - PERCURSO DO DIREITO A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL	18
2.1 A formação docente para além da quantidade de oferta: o direito a qualidade e a práxis com emancipação	21
2.1.2 – A formação docente: um convite à prática com entusiasmo	25
3 METODOLOGIA.....	28
4 CONCEITO: ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE (2021).....	30
4.1 Análise dos resultados	31
4.1.1 Um olhar analítico sobre a Oferta da Formação Continuada nas Redes Municipais de Ensino de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA.....	36
4.2 – Relacionando os indicadores de formação continuada e os indicadores do IDEB nas redes municipais de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA.....	39
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	43
6. REFERÊNCIAS.....	45

1 A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO EDUCATIVO

A temática da oferta de formação aqui apresentada surge através de um trabalho de mapeamento de dados macros educacionais, para transformá-los em indicadores, que vêm sendo desenvolvidos desde 2019, através do programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no Departamento de Ciências Humanas (DCH- III), com o subprojeto intitulado: *As vertentes utilizadas pelos Municípios do Sertão do São Francisco para garantir o sistema de Formação Continuada dos Docentes*, em que se debruçou junto aos subprojetos incorporados a construir o site do Observatório dos Indicadores da Gestão Educacional no Território do Sertão do São Francisco (OBSERVE-TSSF). Este, apresenta informações refinadas a partir da disponibilização das estatísticas macro educacionais, oriundo do Censo escolar do INEP/MEC, por meio de gráficos, tabelas, notas técnicas e textos acadêmicos elaborados acerca de cada um dos levantamentos, de forma a subsidiar os municípios do Território Sertão do São Francisco (TSSF) na indução das suas políticas públicas educacionais.

Desse modo, os dados e discussões presentes nesse trabalho são frutos dessa caminhada de pesquisa, com gênese na Iniciação Científica da UNEB/ DCH III, alinhada com outros saberes construídos ao longo das leituras, experiências de espaços político-formativos.

Logo, o olhar para a Formação Continuada e Adequação da formação docente, expostos nesse trabalho são fundamentados a partir dos textos legais que discorrem sobre o direito do aperfeiçoamento dos docentes no país, como nas metas a serem cumpridas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), em vigência desde 2014 até 2024. Bem como os autores da linha crítico – reflexiva, que percebem a educação como um campo permeado por intencionalidades política e a formação como fundamental na elevação da práxis pedagógica emancipatória. Sendo: Saviani (2011); Freire (1997); Loureiro (2006); RESAB (2006); Néri *et al.* (2006); Bell hooks (2017); Imbernón, (2001), dentre outros.

Compreende-se, diante desse percurso, que a formação docente é amparada por textos legais em vigor no país, e que estas metas estão sendo acompanhadas através dos levantamentos de indicadores educacionais realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas Anísio Teixeira (INEP), que disponibiliza a evolução desses dados na prática das políticas públicas educacionais, servindo de banco macro de dados para acompanhamento e adequação dos entes federados aos regimentos educacionais em vigor.

Na busca de dados foi percebido uma ausência em 2021 e 2022 nas disponibilizações de estatísticas educacionais da Oferta da Formação Continuada nos portais de transparência,

logo os dados foram colhidos até 2020. Ademais, a atenção foi atraída para o conceito de *Adequação da Formação Docente*, subdividido em cinco (05) categorias, sendo importante demarcar que estes são direitos de caráter complementários, dito isto, salientamos a compreensão de que a oferta de Adequação da Formação Docente não anula a garantia da Oferta de Formação Continuada.

1.1 Perfil do Território de Identidade Sertão do São Francisco

As informações presentes nesse subcapítulo são uma descrição das particularidades do Território de Identidade Sertão do São Francisco – TSSF, localizado no Norte da Bahia, que abarca os municípios de Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Curaçá, Juazeiro, Campo Alegre de Lourdes, Uauá e Canudos, mas focaremos principalmente neste trabalho, nos municípios de Juazeiro e Campo Alegre de Lourdes.

As noções detalhadas a seguir foram levantadas a partir do estudo do Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia, elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que disponibiliza para sociedade e estudiosos informações de todos os territórios da Bahia.

Quanto as características relativas aos aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais é possível mencionar que o Território de Identidade Sertão do São Francisco localiza-se majoritariamente no Vale Sanfranciscano e ocupa 11% do território estadual da Bahia. Todos os municípios estão situados na área de abrangência do Semiárido. Trata-se de um lugar com recursos naturais e culturais diversos, abarcando povos tradicionais indígenas (Atikúm, Tumbalalá e Truká) e possui vinte e sete (27) comunidades quilombolas, englobando ainda assentamentos, projetos de irrigação, recursos minerais, patrimônios arqueológicos históricos, terminais hidroviários pelo Rio São Francisco e unidades de conservação ambiental (BAHIA, 2018).

Além disso, é composto por 10 (dez) municípios, e no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação Contextualizada, Cultura e Território (EDUCERE), para melhor compreensão fizemos uma organização em três subdivisões a saber: Borda do lago (Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso), Margem do rio (Curaçá e Juazeiro) e Caatinga (Campo Alegre de Lourdes, Uauá e Canudos). Veja os detalhes no Cartograma 1.

Cartograma 1 – Aspectos gerais – TI Sertão do São Francisco – 2016



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2016)

1.1.1 Aspectos do Município de Juazeiro – BA

O município de Juazeiro - BA, banhado pelo Rio São Francisco, possui dentre outros aspectos, uma predominância de áreas urbanas acentuada em 81,2%, sendo a segunda maior área urbana no Território de TI Sertão do São Francisco. Abrangendo um grande polo educacional, composto por escolas públicas e privadas, universidades e faculdades. Além disso, conforme mostra o Cartograma 1, este município possui em seu espaço: sítio arqueológico, povos tradicionais quilombolas, recursos minerais, assentamento e projetos de irrigação (BAHIA, 2018).

Ademais, centraliza 40% da população de todo o TSSF, com 219.544 em 2021, segundo os dados públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. No campo educacional, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais em 2010 era de 12,9%, conforme o Censo Demográfico de 2011. Quanto à frequência escolar bruta de crianças entre 6 e 14 anos é de 96,8%, (IBGE, 2021).

1.1.2 Aspectos do Município de Campo Alegre de Lourdes – BA

O município de Campo Alegre de Lourdes, possui uma Área Territorial de 2.914. 587 km², tem por natureza uma predominância de comunidades do campo, com índice de urbanização inferior a 30,0% em 2010, segundo o Censo Demográfico. Cerca de 98 (noventa e oito) famílias estão envolvidas nos projetos das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto (BAHIA, 2018).

Nos aspectos educacionais, aparece nos índices uma taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais em 2010, de 27,9%. Quanto a frequência escolar bruta de crianças entre 6 e 14 anos fica em torno de 98,6%, (IBGE, 2021).

Desse modo, após essa exposição das particularidades e características, percorreremos a compreensão da educação como parte de um conjunto intercalado a outras garantias de existência em sociedade, e está permeada por intencionalidades diversas. Logo, o conceito de *Adequação e oferta de Formação Continuada de Docentes* tem seu papel de importância na elevação de melhores indicadores do campo educacional em ambos os municípios.

2 FUNDAMENTAÇÃO - PERCURSO DO DIREITO A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (BRASIL, 2017, p.42)

Ao resgatar a história da formação docente no Brasil é possível constatar que o campo educacional não é neutro, o marco da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN foi uma conquista, após amplas lutas travadas por diversos grupos de interesses, tanto públicos como privatistas distintos, tendo início em 1934, sendo esta lei escrita à várias mãos, e percorrendo um longo trajeto de disputas até entrar em vigor, somente, no ano de 1996 (SAVIANI, 2011).

Entretanto, apesar dos conflitos e disputas de interesses que permearam sua construção, a consolidação da LDBEN abriu caminhos para se pensar e efetivar outras políticas educacionais em diferentes níveis, desde o direito à educação infantil até a formação superior e sua continuidade. Este marco legal foi uma coluna para criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), bem como para o executar de programas voltados ao acesso a cursos superiores, a exemplo do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que são projetos em vigor, fundamentais para o funcionamento da rede de ensino.

Logo, a oficialização do direito à formação de docentes no Brasil tem uma gênese histórica junto ao percurso do nascimento da Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, sendo um marco das políticas educacionais no país. Em suas linhas tornou-se obrigatória, pela primeira vez, a exigência de uma formação mínima para o exercício da profissão docente.

Ao longo dos anos a LDBEN foi sendo agregada por outros textos legais, como o conjunto de definições e doutrinas que norteiam os currículos e conteúdos mínimos necessários a todos os indivíduos participantes da educação básica, que são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com as versões de 02/2001 e 02/2015, discutidas e configuradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Além do exposto, outro momento de atenção à formação docente foi através do Decreto Nº 6.755, de 29 de Janeiro de 2009, em que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Este por sua vez foi revogado pelo Decreto Nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Na ordem dessa cronologia, chegamos até o Decreto Nº 8.752, de 09 de maio de 2016, sendo a política atual da organização da formação docente, que entra em consonância com outras políticas centrais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, possuindo os seguintes princípios, no seu Capítulo I:

Seção I

Dos princípios

Art. 2º Para atender às especificidades do exercício de suas atividades e aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, a formação dos profissionais da educação terá como princípios:

I - o compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais;

II - o compromisso dos profissionais e das instituições com o aprendizado dos estudantes na idade certa, como forma de redução das desigualdades educacionais e sociais;

III - a colaboração constante, articulada entre o Ministério da Educação, os sistemas e as redes de ensino, as instituições educativas e as instituições formadoras;

IV - a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada;

V - a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função;

VI - a articulação entre formação inicial e formação continuada, e entre os níveis, as etapas e as modalidades de ensino;

VII - a formação inicial e continuada, entendidas como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissionais;

VIII - a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;

IX - a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;

X - o reconhecimento das instituições educativas e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial e à formação continuada;

XI - o aproveitamento e o reconhecimento da formação, do aprendizado anterior e da experiência laboral pertinente, em instituições educativas e em outras atividades;

XII - os projetos pedagógicos das instituições formadoras que reflitam a especificidade da formação dos profissionais da educação básica, que assegurem a organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorram para essa formação e a sólida base teórica e interdisciplinar e que efetivem a integração entre teoria e as práticas profissionais;

XIII - a compreensão do espaço educativo na educação básica como espaço de aprendizagem, de convívio cooperativo, seguro, criativo e adequadamente equipado para o pleno aproveitamento das potencialidades de estudantes e profissionais da educação básica; e

XIV - a promoção continuada da melhoria da gestão educacional e escolar e o fortalecimento do controle social. (BRASIL, 2016, online).

O Decreto Nº 8.752, norteia e aponta com muita profundidade as articulações necessárias para com as especificidades do exercício da profissão docente a partir do processo de garantia dos direitos necessários ao exercício. Dentre outras menções, como detalhado acima, detalha a colaboração entre os entes federados, a garantia de padrão de qualidade, articulação entre teoria e prática, e o reconhecimento dos agentes educacionais como fundamentais no ato educativo.

Partindo desses princípios, chegamos ao Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), interesse principal dessa escrita, com suas metas 15 e 16, em que abordam na sequência - A Adequação da Formação Docente da formação inicial para os Profissionais da Educação; e o direito à formação continuada e pós-graduação para os Profissionais da Educação. Assim, a Meta 15 estabelece a exigência de:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014, ONLINE).

Por conseguinte, a Meta 16 determina:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014, ONLINE).

Assim, surge a obrigatoriedade das redes de ensino em garantir a Adequação da Formação Docente em nível superior e Oferta da Formação Continuada a todos os(as) profissionais da Educação Básica, alinhadas a área de conhecimento em que atuam. Esta perspectiva possibilita uma maior conformidade entre a teoria e a prática docente e, conseqüentemente, impactando na qualidade do ensino e aprendizagem.

2.1 A formação docente para além da quantidade de oferta: o direito a qualidade e a práxis com emancipação

Para além das quantidades estatísticas, os sistemas educacionais precisam também, dialogar sobre a Adequação e Formação Continuada Docente na perspectiva da práxis pedagógica, aos profissionais da educação, os enxergando como capazes e autônomos de inferir/sugerir diante da complexidade de seus ofícios. Nesse sentido, há assim duas preocupações, tanto quanto ao direito à oferta, como à qualidade do que está sendo ofertado.

A formação docente com qualidade, defendida aqui, não diz respeito apenas ao acesso a materiais didáticos, práticas inovadoras etc. Mas, a qualidade de uma educação que tenha um ideário libertador e emancipatório, tendo em vista, que o terreno educacional é um campo de intencionalidades, sendo necessária uma leitura crítica e reflexiva sobre o que se está ensinando. Conforme aponta Loureiro (2006, p. 32):

Emancipar não é estabelecer o caminho único para a salvação, mas sim a possibilidade de construirmos os caminhos que julgamos mais adequados à vida social e planetária, diante da compreensão que temos destes em cada cultura e forma de organização societária, produzindo patamares diferenciados de existência.

É nesse sentido, que compreendemos a educação como prática emancipatória. Entretanto, tem sido perceptível um movimento de formação docente vinculada à lógica mercadológica dessa civilização, através da padronização de pacotes educacionais vendáveis. Sem muita demagogia, como supracitado, a educação tem em sua gênese histórica a disputa de intencionalidades políticas. Assim, os ideais da construção de uma educação emancipatória, estão sendo prejudicados.

Nesse sentido, é fundamental que os municípios e os profissionais da educação se atentem a isso, pois, não há como defender pacotes que tenham a intencionalidade direcionada ao mercado capitalista acima da garantia da qualidade formativa e emancipatória dos sujeitos.

É preciso formar indivíduos capazes de conviver em sociedade e capazes de inferir no percurso do mundo... não apenas formar para cumprir os percentuais das avaliações externas, visto que, uma rede comprometida com as gerações futuras precisa ir além disso, e perceber a educação como parte de um conjunto complexo de interrelações que não pode ser reduzido a alguns indicadores estatísticos. Como aborda o estudioso Loureiro (2019, p. 50):

Parte-se de um conjunto de princípios, diretrizes, fundamentos teóricos e intenções pautadas que, ao serem interpeladas pela realidade das pessoas envolvidas, por suas condições econômicas, sociais, políticas e culturais, seus códigos morais, costumes e condutas, e pelo desenho das instituições participantes, são aprimorados, aprofundados e moldados na direção educativa transformadora.

Compreendendo os profissionais da educação como fundamentais no processo do ensino e da promoção da aprendizagem, os sistemas, os educadores e as educadoras precisam fugir de ações pontuais e da aquisição de pacotes prontos, sem reflexão, que reforçam a educação enquanto mercadoria e se distanciam dessa direção educativa transformadora.

Mudar a educação e promover a aprendizagem como fim a que se destina à instituição escolar exige-se que se compreenda a educação e os seus problemas como complexos, pois não basta simplificação ou respostas simplificadoras, para situações que ultrapassam os muros da escola e estão manifestos na sociedade por diversas perspectivas e fatores complexos, como os econômicos, culturais, sociais, biológicos, de saúde entre outros que interferem diretamente nas dificuldades de aprendizagem que chegam à escola e que muitas vezes, para solucioná-los se buscam atitudes ou ações simplificadoras, não é assim.

Num estudo publicado em 2006, pela RESAB, sobre a construção teórica e reflexiva das formações continuadas, a rede já apontava alguns aspectos importantes para a consolidação das formações continuadas na perspectiva da ação – reflexão no âmbito do TSSF, vejamos:

O processo de formação precisa ajudar professores e professoras a desenvolver suas capacidades, construindo instrumentos de compreensão e transformação da sua realidade e da realidade de seus alunos; levá-los a agir a partir de uma reflexão teórica, que possa contribuir para a construção da ação pedagógica. Pensar um programa de formação continuada é essencial à construção de um novo currículo que terá como referência a realidade do professor, professora e do aluno, na sua complexidade e contradições. (NÉRI et al., 2006, p. 122).

Partindo de reflexões como essas, é possível almejar uma formação mais assertiva, que alcance o profissional no âmbito de seu exercício. Se tornando mais impactante do que ações pontuais/esporádicas, ou pacotes com conteúdo fechado, sem o diálogo a práxis docente,

intencionalidades do currículo e descontextualizados com a realidade dos docentes e discentes. Dessa forma, o pensar da oferta de formação continuada precisa passar, de forma imprescindível pela ação-reflexão, como defende Néri et al. (2006, p. 129):

É importante considerar que o papel dos diversos atores nos projetos de formação continuada deve ter como princípios os saberes práticos dos professores, das professoras, pois é pela tematização da prática docente (ação-reflexão) que são levados a problematizar a sua prática confrontando os seus conhecimentos prévios com os novos conhecimentos técnicos-pedagógicos adquiridos para a construção de novos saberes, novas representações e novos significados que precisam refletir no seu cotidiano. Formar um profissional reflexivo significa formar um sujeito autônomo, produtor de novas teorias, que invente novas formas significativas de ensinar e de aprender, valorizando este fazer para, a partir dele, numa reflexão coletiva, ajuda-los a avançar.

Logo, é com esse olhar diante da construção de novos saberes que se pode repensar o papel de uma formação comprometida com a práxis pedagógica, emancipação e autonomia diante do ofício docente. Não é reduzindo a formação a exercícios padronizados, robotizando os docentes, que em consequência robotizarão os seus discentes, que promoveremos a aprendizagem, a formação reflexiva e emancipatória desses. A formação, assim como todos os elementos constitutivos de um processo educacional precisam ter uma intencionalidade que evidencie o projeto formativo que se quer atingir, sem a tendência de embrutecimento e de aparelhamento utilitário do ser em formação, seja ele o docente ou o discente.

Vale ressaltar ainda, que é tamanha a responsabilidade do exercício docente para com os sujeitos da aprendizagem, pois estes são e serão os construtores de formas futuras do movimento social civilizatório e partilhar os saberes construídos pela humanidade com eles, não é uma tarefa simples, exige planejamento, autonomia, requer preparação, muito estudo, pensamento crítico, boa transposição didática no ato do fazer educativo, na conjuntura complexa que é a educação, e ainda aguardando e lutando pela melhoria desse cenário de negação que permeia o sistema educacional brasileiro.

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc, realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (IMBERNÓN, 2001 p.48-49).

Assim, educação deve ser percebida como um conjunto de premissas e possibilidades que depende de ações entrelaçadas para funcionar, que passam por exemplo pela promoção da cidadania com a garantia de outros direitos educacionais e sociais. Desta forma, os municípios

que compõem o TFFS e os demais entes federados precisam acompanhar os indicadores que caracterizam o seu corpo docente, como mostra a discussão sobre o conceito de Adequação da Formação Docente no país, tendo nesses o ponto de partida para definição das estratégias necessárias à melhoria da sua atuação e por conseguinte, da melhoria da aprendizagem. Além disso, é necessário que se tenha um projeto político pedagógico bem definido, como elemento fundante e indicador da concepção de educação que se pretende desenvolver.

Nesta linha de pensamento, garantir a oferta de formação em termos percentuais e crítico reflexivo é valorizar o trabalho daqueles que se dedicam a construir o imaginário do papel que poderão desenvolver as atuais gerações em um futuro cada vez mais próximo e necessário, de pessoas críticas, responsáveis pela promoção da vida, do respeito às diferenças e diversidades, defensores/as da democracia, afinal, educar a partir de uma práxis reflexiva e emancipatória é algo imprescindível, que não fecha em padrões, e assim, não basta fazer por fazer, é preciso refletirmos sempre sobre o papel da educação que acreditamos e que devemos ajudar a construir.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997, p. 20).

Na linha desses referenciais, o que se espera das formações propostas e ofertadas no âmbito do TSSF, para além dos números, é que visem a autonomia dos profissionais perante a suas práxis. Ou seja, ter nos indicadores um parâmetro para que permitam auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas articuladas e mais próximas de atender os desafios que são postos ao processo educativo é uma das possibilidades que temos, mas sem que os indicadores de resultados sejam a panaceia para os problemas educativos. Tomá-los como campo de estudo neste trabalho é apenas uma maneira de evidenciar as distorções que existem entre a oferta do direito à formação, o acesso à Formação Continuada, a Adequação da Formação à área curricular que se atua e destacar o quanto a falta de olhar criticamente para essas premissas e os seus impactos na aprendizagem estão comprometendo e podem ainda mais comprometer o futuro de muitas gerações que ainda procuram a escola como uma possibilidade de que o que aprendem nessa possa ajudá-los a abrir oportunidades no mundo do trabalho e na própria condução das suas vidas em uma sociedade cada vez mais excludente como a nossa.

Assim, refletimos, de que forma as pessoas que no futuro irão gerir o TSSF e tantos outros locais têm tido acesso aos investimentos que são ou deveriam ser realizados na Educação? Será que o direito de aprender os saberes técnicos, teóricos, emancipatórios e humanos, do seu mundo, desde a sua realidade, em conexão com os conhecimentos produzidos pela ciência e pela humanidade estão sendo garantidos?

O desafio que temos presente no TSSF é o mesmo do Brasil continental, por cá, se evidencia que quanto mais próximo o município se faz dos polos universitários, mais esse vai garantindo um corpo docente mais adequado aos campos de atuação e garantindo melhores resultados educacionais, sendo verdadeira também a premissa inversa.

Partindo do desafio posto anteriormente, trataremos de abordar a realidade dos indicadores educacionais dos municípios em análise neste estudo (Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes), que são parte do TSSF e que apresentam características muito próximas do que começamos a explicitar neste capítulo, quanto a Oferta da Formação Continuada como direito e com frequência, maior Adequação da Formação à área de atuação, proximidades dos polos universitários, melhores indicadores de aprendizagem e do contrário, como tudo vai transcorrer, também, de forma negativa.

2.1.2 – A formação docente: um convite à prática com entusiasmo

A história consiste, pois, nas respostas dadas pelo homem à natureza, aos outros homens, às estruturas sociais, e na sua tentativa de ser progressivamente cada vez mais o sujeito de sua práxis, ao responder os desafios de seu contexto. Consiste também numa cadeia contínua de épocas caracterizadas por valores, aspirações, necessidades, motivos. (MIZUKAMI, 1986, p.87).

Na ordem dessas ideias, escolher a educação como campo de atuação é se comprometer com a transformação futura, logo, os estudiosos, pesquisadores e profissionais e todos os envolvidos do conjunto educacional não podem se conformar diante de formações esvaziadas, desconexas das suas vivências e de intencionalidades ocultas. É preciso nitidez e autonomia diante dos movimentos econômicos-políticos-culturais que inferem no cotidiano escolar.

O educador como mediador de saberes carrega consigo a responsabilidade de ver além, e ajudar os seus educandos a enxergarem para além do que está dado, despertando a capacidade crítica para que se tornem pessoas atuantes e comprometidas com a transformação social para

um mundo mais digno e equitativo, e construindo melhores relações com a natureza e com os outros seres humanos.

E para construir um ensino e uma aprendizagem com significados é necessária, por parte dos/as educadores e educadoras, uma busca constante em apropriar-se do que significa lecionar numa sociedade tão diversa e desafiadora como essa (em 2022). Cabe então aos profissionais da educação reivindicarem suas atualizações permanentes, e que não desacreditem da educação como uma prática de liberdade e criação de possibilidades para o novo. Nesse sentido, a professora e escritora bell hooks (2017, p. 273), discorre:

[...] O aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade.

É preciso coragem para transgredir, não perder o entusiasmo com o ato de ensinar, perceber a educação como uma prática de liberdade e transformação, se aperfeiçoar é uma forma de lecionar com êxito, seja em ambientes formais, não-formais ou informais.

Desse modo, as formações precisam estar alinhadas com a essência da emancipação, resgatando o entusiasmo docente, demonstrando amparo e acolhimento, diante dos cenários reais e desafiadores que permeiam o cotidiano de cada contexto educativo.

É preciso se atentar a esse fato, não basta só adequar e ofertar a formação, é preciso perceber com olhar crítico as intencionalidades. Nesse sentido, perceber o que significa padronizar dentro de um Território de Identidade e país diverso, com diversas culturas, crenças e saberes, o professor e professora precisam ter consciência da existência do currículo oculto nessas ofertas, e não perder a autonomia diante de suas práxis, caso contrário, estará sendo reproduzidor de currículos que não tenham como base a essência da prática autônoma e emancipatória.

O docente bem como o corpo escolar precisam estar cientes dos seus direitos, para além disso, articulados com seus sindicatos, lutas estudantis e sociais, que visem uma educação de fato democrática, com equidade e transformadora, precisam se colocar como resistência ao ataque constante que a educação vem sofrendo. Não se deixar levar pelo conformismo descrente, pois, produzir conhecimento é um ato de reflexão e análise constante de si, diante dos educandos reais, do contexto em que atua, dos processos históricos e atuais.

Não se trata de uma visão romantizada ou utópica da realidade, mas da esperança na luta que historicamente transformou terrenos de negações e mudou os percursos do mundo, a educação emancipatória é uma das ferramentas que possibilita perceber a ordenação e intencionalidade do sistema econômico-político-cultural em que se está inserido.

Que os docentes não se acostumem com a negação de direitos, nem se sujeitem sem lutar por uma aprendizagem adequada a seus discentes. Que compreendam que a educação também é luta histórica que mudam pessoas e essas transformam o mundo, como aponta Freire (1991, p. 126):

Sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós por sua força a serviço dos nossos sonhos.

Alinhado ao pensamento freiriano, educadores e educadoras precisam ser capazes de ler de forma crítica seus currículos e os movimentos do sistema macro ao qual estão imersos. Ninguém precisa se conformar com o mínimo, é preciso buscar uma educação que respeite os sujeitos e garanta seus direitos de aprender e de existir plenamente. Destarte, as reflexões teóricas apresentadas neste capítulo serão de fundamental importância para a leitura crítica e analítica dos dados pesquisados neste trabalho.

3 METODOLOGIA

O objetivo geral desta pesquisa foi levantar, a partir dos Bancos de Dados Oficiais (Dados Primários) os indicadores de Adequação da Formação à área de atuação docente e da oferta de Formação Continuada de docentes pelos municípios de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA, localizados no Território de Identidade Sertão do São Francisco, para transformá-los em indicadores educacionais locais, visando constatar o cumprimento das metas 15 e 16, do Plano Nacional de Educação (PNE), que está em vigência desde 2014 e permanecerá até o ano de 2024.

Nesse sentido, Fonseca (2002, p. 10), defende que:

(...) o homem é, por natureza, um animal curioso. Desde que nasce interage com a natureza e os objetos à sua volta, interpretando o universo a partir das referências sociais e culturais do meio em que vive. Apropria-se do conhecimento através das sensações, que os seres e os fenômenos lhe transmitem. A partir dessas sensações elabora representações. Contudo essas representações, não constituem o objeto real. O objeto real existe independentemente de o homem o conhecer ou não. O conhecimento humano é na sua essência um esforço para resolver contradições, entre as representações do objeto e a realidade do mesmo.

Assim, a metodologia foi um mapa necessário para realização da pesquisa em relação aos Indicadores de Adequação e Oferta da Formação Continuada de Docentes, elencando ainda dados de aprendizagem dos discentes que frequentaram os anos finais do ensino fundamental, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, correspondente aos anos de 2015, 2017 e 2019, para uma análise da aprendizagem discente nesses municípios.

A pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, pois, seguindo à lógica, a primeira, vem “como a abordagem que recorre à estatística para explicação dos dados e a segunda que lida com interpretações das realidades sociais” (SOUZA; KERBAUY, 2017, p. 34). Nessa perspectiva, esta abordagem permite analisar os percentuais concretos e refletir diante dos dados encontrados nos dois municípios.

Quanto aos procedimentos, a primeira etapa consistiu na busca de dados, através das estatísticas educacionais macro, disponíveis nas plataformas digitais e abertas ao público em geral, período que foi dedicado à identificação de cada um dos sites abertos e gratuitos. Por conseguinte, foi estudado o percurso histórico das leis que orientam a profissão docente no Brasil, bem como a leitura do levantamento teórico que sustenta e proporciona um maior conhecimento acerca do tema estudado. Ademais, foi realizada uma análise dos dados, transformando-os em gráficos e tabela. Subsequente, as informações obtidas foram refletidas,

identificando as problemáticas e sugerindo algumas possibilidades para os problemas específicos que foram identificados.

A estratégia metodológica utilizada para as etapas do processo interpretativo foi a triangulação, por possibilitar o cruzamento de análises distintas, como aborda Minayo (2014, p.32), “permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto”. Assim, a triangulação possibilita um diálogo entre: a avaliação dos dados estatísticos, leituras de aprofundamento e a transformação dos dados levantados em indicadores locais, por conseguinte a reflexão dos resultados.

Nessa perspectiva, caminhamos para o desenrolar dos conceitos-chave, dos dados, das análises e reflexões de como os direitos educacionais de Adequação e Oferta Continuada de Formação Docente se manifestam no âmbito das redes educacionais municipais de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA e como estes indicadores influenciam o ensino e aprendizagem dos estudantes das redes estudadas.

4 CONCEITO: ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE (2021)

Art. 1º Estabelecer a Classificação Internacional Normalizada da Educação Cine Brasil, adaptada para os cursos de graduação e para os cursos sequenciais de formação específica do Brasil, e instituir a Comissão Técnica de Classificação de Cursos - CTCC, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, responsável pelo acompanhamento e pela atualização periódica da Cine Brasil. (BRASIL, 2019)

Ao levantar os dados sobre a formação Docente no Censo da Educação Superior em 2022, foi percebida a evidenciação do indicador de *Adequação da formação docente*. Este conceito, trata-se de um alinhamento as políticas internacionais do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UIS-Unesco e organizadas pelo órgão de Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica do Brasil (Cine Brasil), atualizado em 2020.

A Cine Brasil, é regida pela Portaria MEC n.º 1.715 de 2 de outubro de 2019, surge como parâmetro de acompanhamento da Adequação da Formação Docente, fugindo da lógica dicotômica e categorizando a oferta de Adequação da Formação Docente em cinco (05) categorias que se aproximam das reais distorções acarretadas aos docentes no sistema público de ensino do país.

É um avanço pensar a adequação em 05 categorias, uma vez que facilita o diagnóstico preciso das redes, e nessa mesma percepção, após isso, para a continuação do aperfeiçoamento é preciso diagnosticar as reais necessidades e déficits na práxis docente, a fim de saná-los.

Nesse sentido, funciona de forma colegiada através da Comissão Técnica de Classificação de Cursos (CTCC) natureza normativa, consultiva e deliberativa, que dentre outras atribuições, discorre no Art. 5º que “subsidiará os processos de avaliação, de regulação e de produção das estatísticas, comparáveis no âmbito nacional e internacional, dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, bem como a realização de estudos sobre a educação superior.” (BRASIL, 2019, ONLINE)

Assim apresentamos no Quadro 1 - Categorias do conceito de Adequação da Formação Docente, em que classifica as docências da rede básica educacional nesse quesito. Desta maneira, observemos as definições desses cinco grupos, dado que estes serão os critérios básicos para as análises subsequentes dos *Gráficos 01, 02, 03 e 04*.

Quadro 1 – Categorias do conceito de Adequação da Formação Docente

Grupo	Descrição
1	Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.
2	Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3	Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.
4	Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
5	Docentes que não possuem curso superior completo.

Fonte: INEP (2021)

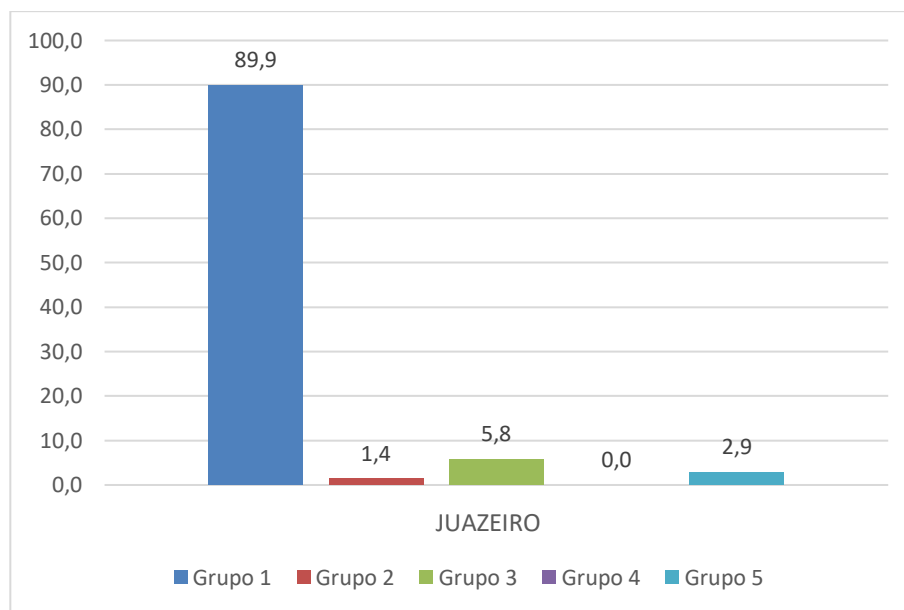
Tendo isto como ponto de partida, destacamos que os municípios de Juazeiro e Campo Alegre de Lourdes, possui informações em todas as categorias descritas (Quadro 1), desenhadas nos seguintes gráficos – *O Percentual de Adequação da Formação Docente Para a Educação Infantil e os Anos Finais do Ensino Fundamental*. Possibilitando mensurar qual seria o esforço necessário para levar a escola, ou consequentemente a rede de ensino, a atender plenamente esses dispositivos legais” (BRASIL, 2014, p. 07) como maneira de proceder diante das distorções lidas.

4.1 Análise dos resultados

A partir dos dados macro levantados nessa pesquisa, como já dito, foram elaborados indicadores educacionais por meio da representação gráfica, no que diz respeito ao Percentual de Adequação da Formação Docente para os anos da Educação Infantil e Finais do Ensino Fundamental das redes Municipais de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes no ano de 2021.

O Gráfico 01, que segue logo abaixo, diz respeito ao Percentual de Adequação da Formação Docente nos anos da Educação Infantil, na rede Municipal – Juazeiro – BA, em que possui um percentual de 89,9%, de docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que leciona, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.

Gráfico 01: Percentual de Adequação da Formação Docente nos anos da Educação Infantil na rede Municipal de Juazeiro - BA (2021)



Fonte: OPNE (2020) - Elaboração: BARBOSA (2022)

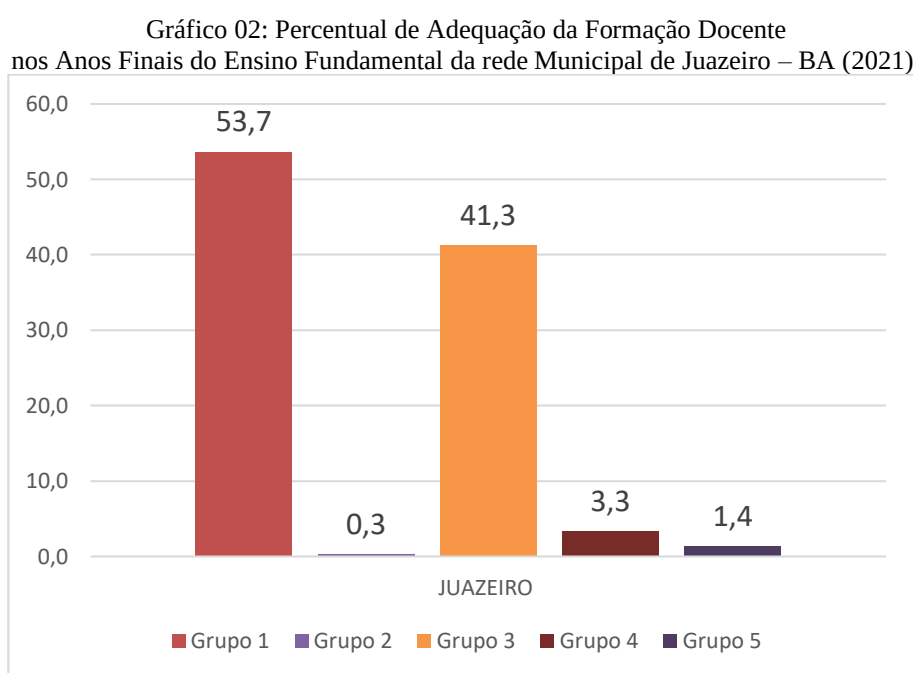
Ainda, da totalidade dos indicadores de Adequação da Formação Docente, resta apenas uma proporção de 5,8% de docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluído em área diferente daquela que leciona pertencentes ao Grupo 3. Além disso, o município precisa garantir a formação convencional de graduação em pedagogia dos 2,9% profissionais que ainda não possuem o ensino superior e lecionam na educação infantil do município (Grupo 5).

Junto à garantia dos demais direitos educacionais e da formação continuada, esse município tem grande potencial de ofertar uma educação com qualidade para as crianças da educação infantil. Arrisca-se a apontar, que o município de Juazeiro por estar localizado em uma área urbana que concentra polos universitários diversos, facilita o acesso dos profissionais da rede educacional a graduação, bem como a criação de ações conjuntas.

Ainda com relação a esse município, é possível constatar que fica o desafio de atingir 10,9% para que se alcance o percentual máximo (100%) de seus profissionais nos indicadores de Adequação da Formação Docente em todas as cinco (05) categorias. Vale ressaltar que ainda fica a responsabilidade ao município da formação permanente ao longo das funções de magistério. Bem como, de modo simultâneo, acompanhar os impactos dessas adequações e

ofertas na qualidade dos resultados das aprendizagens dos estudantes, não perdendo de vista que a educação funciona de maneira entrelaçada entre garantias, ensino e aprendizagem.

Por conseguinte, o gráfico 02, apresenta o Percentual de Adequação da Formação Docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede Municipal de Juazeiro – BA (2021), mostrando que no grupo 1 – da Formação Superior de Licenciatura na mesma disciplina que leciona, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluída, equivale a 53,7%. Nesse sentido, há uma inadequação que povoa as demais categorias abordadas, como perceptível abaixo:



Fonte: OPNE (2020) - Elaboração: BARBOSA (2022)

Nesse sentido, o grupo 02 que corresponde a docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente à área de atuação, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica, o percentual de docentes que precisam de Adequação da Formação Docente, nesse quesito é de apenas 0,3%.

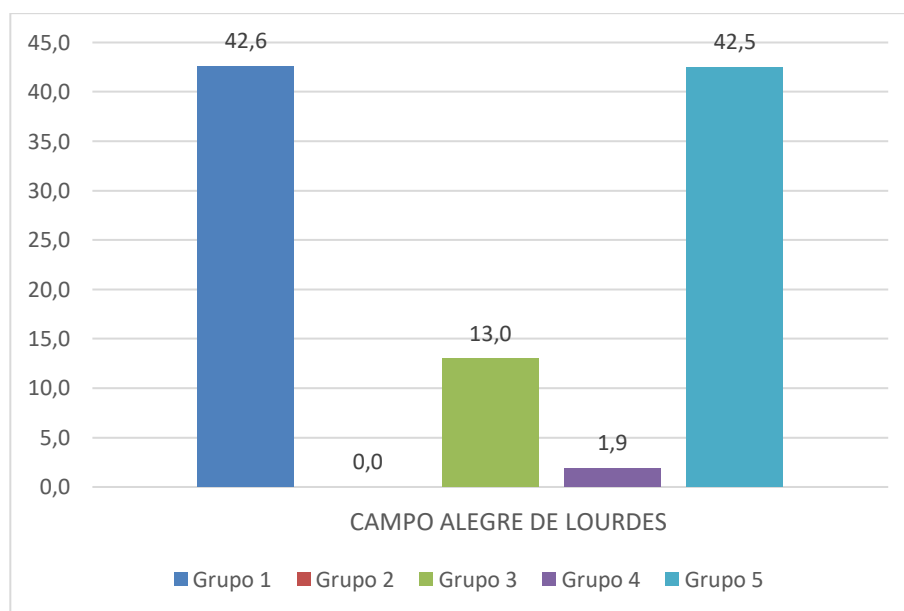
Entretanto, ao analisar o grupo 3, é possível constatar uma desproporção bem considerável de 41,3%, de profissionais que precisam de ações de políticas públicas que permitam adequar sua atuação com a área em que foi formado, ou os bacharéis conforme a sua complementação pedagógica. Desta forma, é necessário o acesso a Programas Formativos de segunda licenciatura com carga horária reduzida (800 a 1200 horas) na área em que atuam nesse

município, conforme prevê o Parecer CNE/CP nº 08/2008 (11), como possibilidade de equiparar essa distorção.

Além disso, o percentual de docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores é de 3,3%. No que diz respeito ao Grupo 05, 1,4% é a proporção de docentes em atuação sem curso superior completo, ficando assim, sobre encargo do município, possibilitar o acesso à graduação em unidades formadoras convencionais a fim de adequar as categorias dos Grupos 4 e 5.

Na ordem dessas análises, chegamos aos gráficos 03 e 04 correspondentes ao município de Campo Alegre de Lourdes – BA, no que diz respeito ao Percentual de Adequação da Formação Docente na atuação com a Educação Infantil e Anos Finais do Ensino Fundamental em 2021.

Gráfico 03: Percentual de Adequação da Formação Docente nos anos da Educação Infantil na rede Municipal de Campo Alegre de Lourdes - BA (2021)



Fonte: OPNE (2020) - Elaboração: BARBOSA (2022)

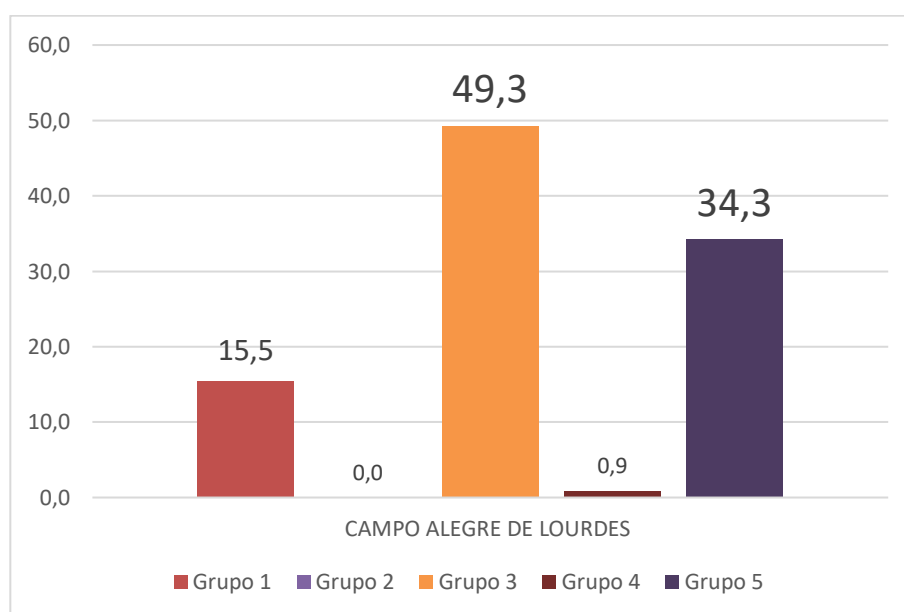
Desse modo, o Gráfico 03, apresenta 42,6% de docentes com licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído (Grupo 01). Tendo maior concentração de inadequação para com o Grupo 5, no qual chamou a atenção com a proporção acentuada de docentes que não possuem curso superior completo, sendo 42,5% um índice bem preocupante. Faz-se necessário articular junto as unidades formadoras convencionais a oferta de graduação para esses profissionais que atuam na rede.

Ademais, é possível observar no Grupo 02, que o município não demonstrou inadequação ao que se refere à atuação docente superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.

O gráfico demonstra ainda que 13% dos que possuem graduação, estão em distorção da sua área de formação, lecionando em outras disciplinas, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluído em área diferente daquela que leciona. Além disso, ainda é necessário trabalhar e solucionar a questão do total de 1,9% dos profissionais com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.

Neste último gráfico de análise dos percentuais de Adequação da Formação Docente em Campo Alegre de Lourdes, como se segue abaixo no Gráfico 04, o município demonstra um baixo índice com apenas 15,5% de docentes que atuam nos anos finais do ensino fundamental e possuem uma formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído. Visto que, esta categoria é de suma importância e considerada ideal para a atuação profissional neste segmento da educação, sendo necessário que os indicadores fossem mais elevados, como mostra o Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 04: Percentual de Adequação da Formação Docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede Municipal de Campo Alegre de Lourdes – BA (2021)



Fonte: OPNE (2020) - Elaboração: BARBOSA (2022)

Os achados demonstram que não há docentes na categoria 02, todavia notamos uma grande concentração nas categorias 03 e 04. A maior parte dos profissionais da rede está

concentrada no Grupo 3, com uma proporção de 49,3%, de docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluído em área diferente daquela que leciona. Aqui evidencia-se a necessidade, conforme aborda as diretrizes do Parecer CNE/CP nº 08/2020, da oferta por parte do município de programas de formação para segunda licenciatura, com carga-horária reduzida (800 a 1200 horas).

Nesse sentido, conforme sinalizado, encontra-se o percentual de 34,3% de profissionais atuantes nos anos finais do ensino fundamental que não possuem curso superior completo (Grupo 5). Desta forma, para estes docentes dos grupos 4 e 5, demandariam providenciar a oferta de licenciatura, na área específica em que atuam via pactos com as instituições formativas, uma vez que a distorção da Adequação da Formação Docente à área de atuação nestes dois últimos grupos equivale a 83,6%, um desafio posto a este ente federado.

Dentre as possíveis leituras diante dos dados, supõe-se que um profissional com bacharelado, por exemplo, que atua sem a licenciatura ou complementação pedagógica tem dificuldade em realizar transposição didática desse conhecimento que ele possui, bem como os diversos critérios de avaliações das aprendizagens, pois, é inapropriado trabalhar algo que não foi aprendido em seu processo formativo, o que assemelha-se ao caso do grupo 04, em que entram profissionais diversos, a exemplo dos tecnólogos, que lecionam nas redes mas não possuem formação que dialogue com o ofício da docência.

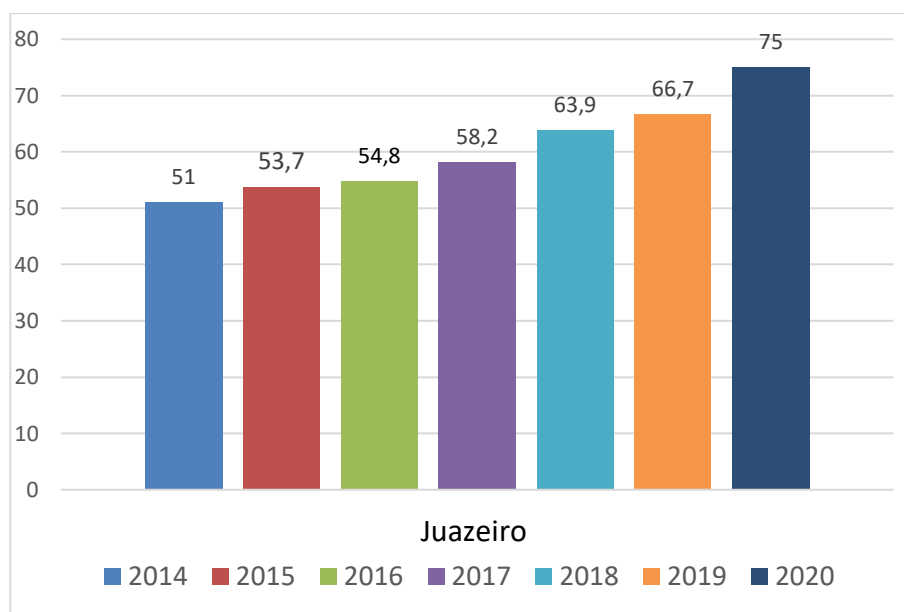
4.1.1 Um olhar analítico sobre a Oferta da Formação Continuada nas Redes Municipais de Ensino de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA

Tocaremos agora nos levantamentos e análises correspondentes aos indicadores de oferta de formação continuada nas redes municipais de Juazeiro -BA e Campo Alegre de Lourdes – BA. A análise dos dados relacionados aos conceitos supracitados de Adequação da Formação Docente e este de Oferta de Formação Continuada de docentes são partes das metas a serem cumpridas no Plano Nacional de Educação (PNE), que está em vigência desde 2014 e permanecerá até o ano de 2024, sendo, também foco dessa análise. Destarte, os gráficos a seguir dispõem de dados referentes a Oferta de Formação Continuada nos municípios avaliados, nos períodos entre 2014 a 2021.

Vale registrar, que a formação continuada é uma garantia inerente a formação básica, nesse sentido, o Gráfico 05, que apresentamos logo abaixo abarca o levantamento da oferta de

formação continuada no município de Juazeiro - BA, como forma de lermos o avanço do PNE já supracitado, em sua meta 16 - "garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino" PNE (PNE, 2014, ONLINE).

Gráfico 05: Professores da Educação Básica com Formação Continuada na rede Municipal De Juazeiro – BA (2014 - 2020)

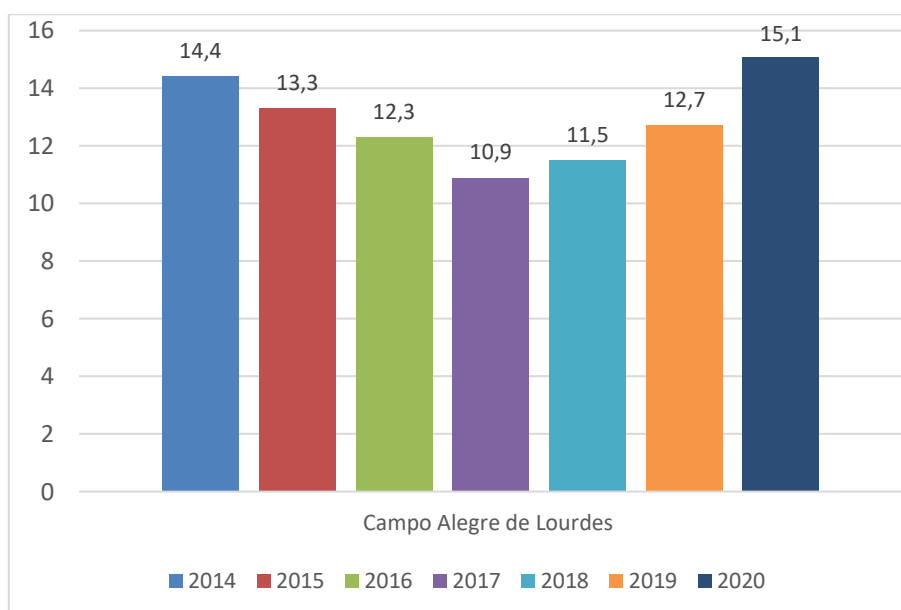


Fonte: OPNE (2020) - Elaboração: BARBOSA (2022)

A representação gráfica de número 05 exibe um avanço progressivo, saindo de um percentual de oferta de 51% no ano de 2014 e chegando em 2020 com um percentual de 75%. Nota-se a presença de um esforço em garantir a continuidade da formação dos profissionais da rede. Vale ressaltar que esses indicadores são os mais atuais disponíveis para o acompanhamento dessa meta, logo diante deles é possível compreender que o município de Juazeiro – BA, ainda não atingiu a meta proposta e tem até o ano de 2024 para se adequar totalmente. É importante que mantenha esta progressão.

Na ordem dessas ideias chegamos à avaliação da oferta de formação continuada para a rede básica do município de Campo Alegre de Lourdes. Conforme visa a meta 16 do PNE, observa-se que o desempenho na oferta de formação continuada através dos anos é bem inexpressivo, como demonstra o Gráfico 06, a seguir:

Gráfico 06: Professores da Educação Básica com Formação Continuada na rede Municipal de Campo Alegre de Lourdes (2014 - 2020)



Fonte: OPNE (2020) - Elaboração: BARBOSA (2022)

Com o olhar preliminar reflexivo, é perceptível aqui um terreno de ausência de garantia do direito a formação continuada. Vejamos, que em 2014 o percentual de oferta era de 14,4%, declinando para 10,9% em 2017, voltando a subir entre 2018 (11,5%) e em 2020 (15,1). Explicitando um lento avanço de apenas 0,7% ao longo desses anos analisados (2014 a 2020).

Ao se deparar com esse cenário demonstrado no Gráfico 06, certamente é observável uma espécie de negligência para com a oferta e a qualidade da formação, pois não há nem quantidade de oferta adequada, o que implica também numa negação por parte do município do que diz respeito a análise crítica dos seus indicadores e a busca de solução dos problemas que esses sinalizam. Assim, para o corpo docente, se não for por iniciativa própria, poderá ficar à margem dos processos históricos de atualização pedagógica, o que se converterá numa condição de não acesso a um saber crítico, reflexivo e emancipatório, centrado na autonomia dos profissionais da Educação da rede, o que se configuraria numa conjuntura educacional de negações.

Propõe-se, diante dos indicadores que o município precisa investigar e se atentar urgentemente a essa demanda, pois está muito abaixo da meta, negando o direito a 84,1% dos profissionais desse município, passando longíssimo do que seria adequado ou esperado até 2024.

Ademais, a baixíssima oferta de formação continuada, incide no não cumprimento do II princípio do Decreto Nº 8.752, de 09 de maio de 2016, supracitado nessa escrita, colaborando com o aumento do índice de desigualdade educacionais e sociais para com esses estudantes que precisam da rede pública de ensino, como mostram os preocupantes dados apresentados na Gráfico 08, do percentual de aprendizado discente nos anos finais do ensino fundamental em Campo Alegre de Lourdes – BA (2015 - 2019).

4.2 – Relacionando os indicadores de formação continuada e os indicadores do IDEB nas redes municipais de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA.

Nesta pesquisa vamos compreendendo como a formação docente, seja inicial ou continuadas, ainda é um campo de estudos pertinente e imenso potencial a ser explorado. O conceito de Adequação da formação e de Oferta de Formação Continuada ainda são direitos básicos, podendo ter impactos frutíferos no processo da aprendizagem discente. Ainda que a responsabilidade para com o aprendizado não seja exclusivamente da prática docente, esta é um pilar, dentre outras garantias básicas, que antecede, transversaliza e reverbera no desenvolvimento do saber discente nas etapas escolares.

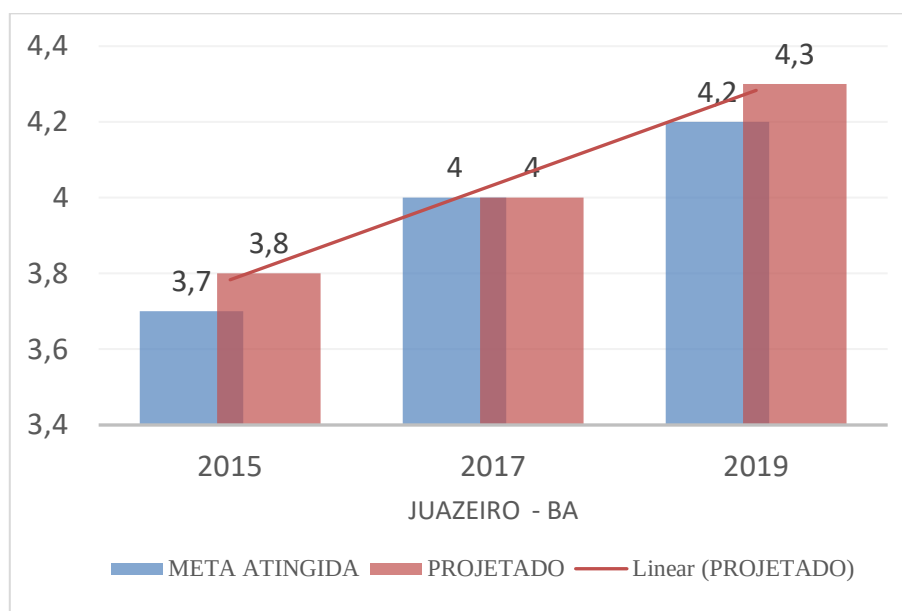
Assim, evidencia-se mais uma vez, que as políticas educacionais funcionam ou deveriam funcionar de forma concomitante, entre os vários segmentos, logo a construção de uma rede educacional de êxito, requer esforços na garantia da Adequação e prosseguimento da Oferta de Formação Continuada, da infraestrutura do local de aprendizagem, oferta de merenda, materiais didáticos, alinhamento dos projetos políticos pedagógicos e demais ações multissetoriais e sociais que forem necessárias.

Nessa linha de reflexões das garantias da Adequação da Formação Docente e Oferta de Formação Continua de docentes, apresentamos em paralelo dois gráficos (07 e 08) que dizem respeito aos indicadores de aprendizagem dos discentes dos anos finais do ensino fundamental, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, para percebemos de maneira mais detalhada o cenário de aprendizagem nas redes municipais de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA, nos anos correspondentes a 2015, 2017 e 2019.

Por conseguinte, o Gráfico 07, que segue abaixo, demonstra que o município de Juazeiro – BA, se aproxima da meta proposta para 2015, conseguindo atingir a meta prevista para 2017, sendo que no ano de 2019 o município fica com o percentual de apenas 0,1 abaixo do projetado. Entretanto, ao olharmos o panorama dos critérios de classificação do IDEB, é considerado como aprendizado adequado, quando se demonstra percentuais $\geq 6,7$. Levando isso em consideração,

o município precisa articular ainda mais suas políticas educacionais para atingir melhores percentuais.

Gráfico 07: Percentual de aprendizado discente nos anos finais do ensino fundamental em Juazeiro – BA (2015 - 2019)

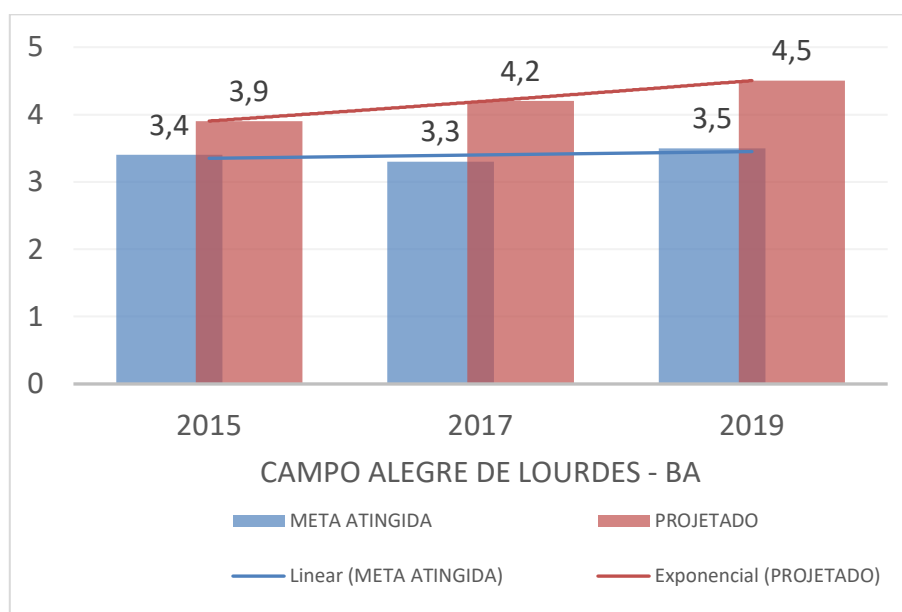


Fonte: IDEB (2022) - Elaboração: BARBOSA (2022)

Se analisarmos minuciosamente, os achados indicam que a aprendizagem discente tem acompanhado os investimentos, no que diz respeito ao aumento progressivo, similar com o da formação continuada de docentes, descritos no Gráfico 05. Nestas amostras percebe-se que o município de Juazeiro - BA tem elevado seu quadro de ensino-aprendizagem, crescendo consecutivamente no período de 2015 a 2019, conforme apontam os gráficos 05 e 07. Deste modo se espera que o processo de ofertada de formação, e a melhoria da aprendizagem caminhem juntos.

Em relação ao Gráfico 08: Percentual de aprendizado discente nos anos finais do ensino fundamental em Campo Alegre de Lourdes – BA, demonstra que durante esse percurso (2015-2019), os alunos ocupam a última categoria de classificação: estão muito abaixo da média de aprendizado esperada ($< 4,6$), e em 2019 fica um ponto abaixo do que foi projetado, ou seja, passa longe da meta local esperada, e ainda mais distante do percentual estipulado como ideal pelo IDEB, de $\geq 6,7$, em que a maioria dos alunos estariam com um aprendizado adequado, como atestado abaixo:

Gráfico 08: Percentual de aprendizado discente nos anos finais do ensino fundamental em Campo Alegre de Lourdes – BA (2015 - 2019)



Fonte: IDEB (2022) - Elaboração: BARBOSA (2022)

Mediante os indicadores, tem se observado que a meta sobe, mas o percentual não tem se aproximado, evidenciando uma necessidade urgente de repensar ou criar projetos educacionais visando o investimento em formação básica e continuada dos docentes, bem como reavaliar o conjunto educacional da rede municipal como um todo. Ademais, é preciso fiscalizar as aplicações dos fundos destinados à educação, a fim de corrigir as distorções apresentadas nesses acentuados índices supracitados. E nessa conjuntura, o direito de exercer a docência com dignidade e condições adequadas precisa ser garantido, pois impacta na aprendizagem dos discentes.

Uma hipótese levantada para tentar compreender a apresentação desse cenário de ensino e aprendizagem tão preocupantes é a de que o município de Campo Alegre de Lourdes - BA como demonstrado no cartograma 1, e ao observar os dados do perfil do TSSF, se encontra distante dos polos universitários ou zonas formativas, podendo dificultar o acesso dos sujeitos às instituições formadoras, tanto por iniciativa própria ou por incentivo das políticas públicas. Mas mesmo diante disso, é preciso lutar, buscar e construir alternativas no caminho da melhoria dos percentuais de Adequação, Oferta da Formação Continuada e aprendizagem, visando uma práxis com qualidade e emancipatória.

Os indicadores retratam que a conjuntura de oferta de Adequação, a Formação Continuada e a relação dessas com a aprendizagem não tem funcionado como deveria, ficando

uma interrogação sobre o quadro de aprendizagem para com o futuro desses indivíduos. A não oferta de uma educação pública, emancipatória e com olhar social intersetorial, acentua consideravelmente os índices de desigualdade e nega o direito de se aprender de forma digna.

Logo, retomamos que, a formação continuada precisando ser pensada como parte de um conjunto complexo que é a educação, não compreendida de forma isolada, ela precisa estar em consonância as demais ações que constituem o ambiente educacional, como, por exemplo, o currículo, muitas vezes desconectado da realidade das escolas, e muitas vezes, sem abordar os avanços da ciência e a conexão dos saberes locais com os conhecimentos produzidos pela humanidade. A dar conta desta perspectiva, a formação e os saberes dessa contribuem para que um dia seja retirada a impressão de que a educação paralisou no tempo e de que não evoluiu como deveria.

No próprio texto legal, Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que “Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências” está previsto o direito à uma formação que tenha diálogo com a área de atuação e em contextualização com os sistemas de ensino. Desse modo, as formações precisam ter um diálogo direto com a realidade dos conteúdos a serem trabalhados e aprendidos, e o mais próximo possível das dificuldades reais de aprendizagem enfrentadas pelos docentes e discentes.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo geral desta pesquisa pautada no levantamento e análise dos indicadores da Adequação da Formação Docente à área de atuação e da oferta de Formação Continuada dos municípios de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA, obteve êxito por meio dos dados macros colhidos e transformados em indicadores educacionais específicos, somado às leituras e estudo do percurso do direito a formação docente no Brasil, bem como, a compreensão da necessidade da oferta em quantidade e com qualidade no que diz sentido ao caminho do olhar crítico-reflexivo e emancipatório dos profissionais atuantes nos municípios.

Os métodos escolhidos para elaboração dessa pesquisa, foram fundamentais no mapeamento e reflexões inferidas. Desse modo, vale salientar que compreendemos a educação como funcionamento conjunto, e possui toda uma complexidade. Mas ainda assim, é fundamental que os direitos básicos como a Adequação e Formação Continuada Docente sejam garantidos, conforme prevê as linhas legais supracitadas ao decorrer dessa escrita.

Partimos do princípio de que a educação é um processo em rede, que depende de uma série de direitos para ser constituída. O professor sozinho, ainda que bem formado não consegue fazer milagres sem as demais garantias, ela anda em conjunto, a exemplo, do transporte escolar, da merenda, da infraestrutura, do acesso às tecnologias, do acesso a equipes multidisciplinares como os profissionais da assistência social, psicopedagogia, dentre outros. A Educação funciona em uma rede de garantias.

Entretanto, não há melhoria sem que seja garantido o básico defendido nessa escrita: docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído, bem como, a garantia a todos os(as) profissionais da Educação Básica da formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino, como determinam os textos do ordenamento legal – Metas 15 e 16 do PNE (Lei 13.005/2014).

Assim, os achados sugerem que o município de Juazeiro – BA mantenha a progressão que vem construindo no que diz respeito as garantias de Adequação e oferta de Formação Continuada, o que refletirá em indicadores ainda mais expressivos, inclusive, na aprendizagem dos discentes da rede.

Ademais, o estudo trouxe à tona a preocupação para com a Adequação da Formação Docente com a área de atuação, bem como a baixíssima oferta de formação no município de Campo Alegre de Lordes – BA, precisando assim, buscar estratégias conjuntas, com os demais

entes federados, polos universitários, conforme previsto na legislação, visando melhorar esses indicadores educacionais e corrigindo as inadequações, traçando metas, por meio de programas oficiais e ações que sanem as lacunas apresentadas pelos dados, para que se garanta uma aprendizagem de êxito e o direito à Educação.

Realçando ainda, que após a mobilização para adequar a formação em concordância com atuação, é preciso se atentar a oferta contínua como uma ferramenta de aprimoramento dos saberes adquiridos na graduação, que, se bem elaborada poderá sanar lacunas da formação inicial, e possibilitar a descoberta de outros saberes necessários para a práxis pedagógica.

Em adição aos apontamentos, acrescenta-se que a Adequação da Formação Docente, perpassa também pela abertura de concursos já direcionados e organizados por área de atuação, uma vez que em 2022, não é mais cabível dados tão alarmantes.

Lembrando que, porquanto, na sociedade do consumo a educação também entra enquanto mercadoria, dentro desta lógica a formação ressurge como um material/serviço pronto que está à venda para ser aplicado nas redes. Assim, a educação segue sendo um terreno de disputa, e negociações de interesses, sendo preciso um olhar constante dos municípios e instituições formadoras para as intencionalidades propostas nos pacotes educacionais do mercado, principalmente os que fogem da responsabilidade para com uma educação crítica, reflexiva, que visa a formação dos sujeitos para a autonomia e emancipação.

Direitos provém de lutas e, na atual conjuntura social que dá vazão a retrocessos, o trabalho de acompanhar e fiscalizar a efetivação de políticas públicas, se faz ainda mais necessário. Embora tenha-se um vasto aparato de leis que desenham um formato ideal de formação dos profissionais da educação, estas não têm se efetivado de maneira expressiva, na prática, ainda há muito o que propor, pensar, fiscalizar e reconstruir outras formas de sociedade.

Desse modo, torna-se importante o acompanhamento dos indicadores educacionais tanto por pesquisadores, dirigentes e profissionais da educação interessados na temática, como demais estudiosos da formação, para análise e acompanhamento da efetivação dessas metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), bem como nos demais bancos de estatísticas e indicadores, que norteiam as políticas públicas educacionais locais nas redes municipais de Juazeiro – BA e Campo Alegre de Lourdes – BA, no TSSF e no Brasil como um todo.

6. REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Bahia 2018. Salvador: SEI, 2018, V. 03, p.61-81. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284. Acesso em: 28/05/2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 23/05/2022.

. —. **Decreto Nº 6.755**, de 29 de Janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm . Acesso em: 25/04/2022.

. —. **Decreto nº 8.752**, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 19/05/2022.

. —. LDBEN: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/529732>. Acesso em: 19/05/2022.

. —. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18/05/2022.

. —. Ministério da Educação. Nota técnica Nº 020/2014, 21 de novembro de 2014. **Indicador de adequação da formação do docente da educação básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/cine-brasil>. Acesso em: 20/05/2022.

. —. Ministério da Educação. **Portaria** nº 1.715, de 2 de outubro de 2019. Dispõe sobre os procedimentos para classificação de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica e constitui a Comissão Técnica de Classificação de Cursos - CTCC. Disponível em: <https://prograd.ufc.br/wp-content/uploads/2020/06/portaria-1715-2019-procedimentos-para-classificacao-de-cursos.pdf>. Acesso em: 17/06/2022.

. —. **Parecer CNE/CP nº 8/2008**, aprovado em 2 de dezembro de 2008. Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pcp008_08.pdf. Acessado em: 10/07/2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/campo-alegre-de-lourdes.html>>. Acesso em: 28/07/2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 56. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

. —. **P. Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

. —. **P. A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IDEB/QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br/municipio/2918407-juazeiro/ideb>>. Acesso em 08/07/22.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental**: Questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.

. —. C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 407 p.

NÉRI, A. et al. Reflexões sobre a Formação Continuada de Professores na Perspectiva da Educação para a Convivência com o Semiárido. In: REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (RESAB). **Educação para a Convivência com o Semiárido**: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2006. p. 119-139.

SAVIANI, D. **A lei da educação (LDB)**: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. rev., atual. e ampl. com um novo capítulo. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 34, 2017.